



MBD
Nº 70006870877
2003/CÍVEL

**REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO RELIGIOSO.
IMPOSIÇÃO JUDICIAL OU SUPRIMENTO DA
MANIFESTAÇÃO DA VONTADE. IMPOSSIBILIDADE
JURÍDICA DO PEDIDO.**

A propositura de ação, objetivando compelir um dos cônjuges a registrar o casamento religioso junto ao competente Ofício Civil, constitui pedido juridicamente impossível. O casamento é um ato volitivo bilateral cuja manifestação da vontade é requisito essencial para a sua realização.

Extinto o feito.

APELAÇÃO CÍVEL

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

Nº 70006870877

COMARCA DE PORTO ALEGRE

P.M.B.

APELANTE

G.P.

APELADO

DECISÃO MONOCRÁTICA

Vistos.

Trata-se de ação ordinária inominada interposta por Pierina Maria Boaro contra Guilherme Pianezzola, na qual pretende o constrangimento judicial do réu, a fim de que ele promova o registro civil do casamento religioso celebrado entre as partes. Informa que se casaram em 26.05.71 perante o Pároco da Igreja Católica Apostólica Romana de São José, no Bairro Sarandi. Assevera que, apesar dos demandantes continuarem vivendo maritalmente, o varão nega-se a promover o registro civil do casamento religioso.

O presente recurso comporta julgamento monocrático, face à singeleza da questão em apreço que tem por objeto pedido manifestamente improcedente (art. 557 do Código de Processo Civil).

Ainda que a ação esteja denominada como “ação ordinária inominada”, em verdade, pretende a apelante o suprimento judicial da vontade do apelado, com quem é casada no religioso, a fim de possibilitar o registro deste casamento junto ao Ofício de Registro Civil (arts. 71/75 da Lei 6.015/73).

Ora, o casamento é um ato solene volitivo bilateral cuja manifestação da vontade é requisito essencial para a sua realização, não se consubstanciando o presente pedido em direito subjetivo da apelante.

Ao depois, o art. 226, parágrafo 2º, da Constituição Federal concede efeitos civis ao casamento religioso, desde que observados os devidos trâmites legais. O art. 74 da Lei 6.015/73, por sua vez, exige a manifestação da vontade de ambos os nubentes para o registro civil do casamento religioso. Portanto, por estas razões, mostra-se impossível juridicamente compelir o apelado a firmar o respectivo termo de requerimento ou suprimir judicialmente a sua vontade.



MBD
Nº 70006870877
2003/CÍVEL

Neste sentido, os ensinamentos de José Lamartine Corrêa de Oliveira e Francisco José Ferreira Muniz:

O casamento religioso pode ter sido celebrado sem prévia habilitação perante o Oficial do Registro Civil. Sempre que isso ocorra, é possível transcrevê-lo no registro público.

*A transcrição exige, porém, prévio processo de habilitação, que tem início com o **requerimento dos nubentes**, a que faz referência o art. 4º da lei n.º 1.110, acompanhado da prova do ato religioso e dos documentos exigidos pelo art. 180 do Código Civil. (in Direito de Família, Sergio Antonio Fabris Editor, Porto alegre, 1990, p. 164) (grifo nosso)*

Nestes termos, com fundamento no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, extingue-se o feito.

Porto Alegre, 10 de novembro de 2003.

DES.^a MARIA BERENICE DIAS,
Relatora.